

Sumário

Editorial	11
-----------------	----

ARTIGOS

DOCTRINA NACIONAL

Transferência de risco nos contratos de compra e venda

Bruno Barreto de Azevedo Teixeira	17
1 Introdução	17
2 Modelos jurídicos de transferência de propriedade e seus efeitos na alocação de riscos contratuais	20
3 <i>A res perit domino</i> no direito brasileiro.....	24
3.1 Antecedentes históricos	24
3.2 A regra geral: art. 492 do Código Civil.....	27
3.3 Compra e venda feita à conta, peso, medida ou assinalamento.....	32
3.4 Mora e alocação de riscos nos contratos de compra e venda	33
4 Transferência de risco na compra e venda internacional.....	35
5 Conclusão	38
Referências	38

Previdências privadas entre o exercício da autonomia privada e a fraude à partilha

Gabriel Percegon Santos	41
Introdução	42
1 Autonomia privada e liberdade contratual nas relações familiares.....	43
2 Breves considerações acerca do regime jurídico das previdências privadas.....	48
3 As previdências privadas nas decisões judiciais	51
Conclusão	56
Referências	57

A proteção dos direitos da personalidade e dignidade humana de crianças e adolescentes envolvidas em conflito familiar por meio das oficinas de parentalidade

Cleide Aparecida Gomes Rodrigues Fermentão, Ana Elisa Silva Fernandes Vieira	59
Introdução	60
1 A família contemporânea, seus conflitos e os impactos às crianças e adolescentes.....	61
2 Os direitos fundamentais e de personalidade das crianças e adolescentes e os deveres parentais ante as crises familiares	69
3 As oficinas de parentalidade como meio efetivo a assegurar os direitos de personalidade e a dignidade humana dos filhos no conflito intrafamiliar	77
Conclusão	83
Referências	84

Famílias poliafetivas e simultâneas como entidades familiares	
Luciana Brasileiro, Felipe Varela Caon	89
1	Introdução
2	O histórico controle dos corpos
3	Amor romântico, relacionamentos líquidos e o consumo do outro
4	A evolução da(s) família(s) no direito brasileiro e o princípio da pluralidade familiar ..
5	A afetividade como elemento formador da família
6	A monogamia como valor
7	Princípio da intervenção mínima do Estado nas relações familiares
8	Famílias poliafetivas e simultâneas
8.1	A(s) problemática(s) das famílias poliafetivas
8.2	A(s) problemática(s) das famílias simultâneas
9	Conclusão
	Referências

A invisibilidade das famílias não tradicionais nas regras de sucessão intestada do Código Civil de 2002

Raphael Rego Borges Ribeiro	129
	Introdução
1	A artificialidade da ordem de vocação hereditária e a opção legislativa brasileira ...
2	A inadequação de um mesmo regime sucessório para todas as famílias: <i>one size does not fit all</i>
3	Para além do paradigma da família sexual no direito das sucessões
4	A necessidade de alteração legislativa da sucessão intestada: a função expressiva do direito das sucessões e a insuficiência do testamento para corrigir as distorções legais
	Conclusão
	Referências

DOCTRINA ESTRANGEIRA

A tutela da confiança

Antônio Pinto Monteiro	163
1	A necessidade de confiar e a tutela da confiança
2	A relevância jurídica da tutela da confiança
3	Pressupostos da protecção da confiança

TRIBUNA DE HONRA

O interesse negativo na responsabilidade civil contratual

Lon Luvois Fuller, William R. Perdue Jr., Pedro Machado Bezerra (Tradutor), Michel Glatt (Tradutor)	181
	Os objetivos esperados na atribuição de indenizações contratuais
	Por que o direito deveria proteger o interesse positivo?
	A divergência de medida e motivo e o problema de motivos mistos
	A relação entre o interesse negativo e os outros interesses contratuais
	O interesse contratual positivo deve estabelecer o limite da reparação?

O problema da duplicação de itens danificados	211
O interesse negativo e <i>Hadley v. Baxendale</i>	214
O interesse negativo na reformulação de contratos.....	219

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA

Na contramão do STJ: uma crítica ao entendimento majoritário do Superior Tribunal de Justiça acerca da obrigação de resultado como regra para as cirurgias puramente estéticas

Felipe Quintella Machado de Carvalho Hansen Beck, Henrique de Oliveira Freitas Rosa	229
1 Introdução.....	230
2 A obrigação de resultado nas cirurgias estéticas para o Superior Tribunal de Justiça ..	231
2.1 Recurso Especial nº 1.097.955 – MG: a obrigação de resultado sob a ótica do dever de informação.....	232
2.2 Recurso Especial nº 236.708 – MG: a obrigação de resultado sob a ótica do conceito de beleza	234
3 Os riscos da obrigação de resultado como regra nas cirurgias plásticas puramente estéticas.....	237
4 Conclusão	239
Referências	240

PARECER

Servidão de passagem e direito de passagem forçada de tubulações: análise de questões pertinentes à luz da orientação do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

André Luiz Arnt Ramos	245
Consulta	245
1 Questão antecedente: servidão de passagem <i>versus</i> passagem forçada.....	246
2 Natureza, interpretação e eficácia da autorização particular.....	247
3 Inexistência de direito adquirido à passagem da tubulação	251
4 Questões importantes, mas dependentes de instrução processual	253
5 Conclusão	257

ATUALIDADE

Responsabilidade civil dos influenciadores digitais

Jorge Shiguemitsu Fujita, Sabrina da Silva Graciano Canovas	263
Introdução.....	264
1 Influenciadores digitais	265
2 Relação jurídica entre influenciadores digitais e público	267
3 Conceito de responsabilidade civil	270
3.1 Responsabilidade objetiva e subjetiva.....	271
3.2 Responsabilidade civil no Código de Defesa do Consumidor.....	272
4 Responsabilidade civil dos influenciadores digitais	274
Considerações finais.....	278
Referências	279

Contratos de apostas esportivas *on-line*: questões atuais sobre a (in)exigibilidade das dívidas de jogo ou aposta

Rodrigo da Guia Silva	281
1 Introdução: apostas esportivas <i>on-line</i> e desafios ao direito civil contemporâneo ...	282
2 Síntese da disciplina codificada a respeito da (in)exigibilidade das dívidas oriundas de jogo ou de aposta.....	285
3 Perspectivas para o reconhecimento da exigibilidade das obrigações oriundas de apostas <i>on-line</i> no atual cenário normativo	289
4 Um epílogo inconclusivo	294
Referências	297

Posse e propriedade na era do metaverso

Roberta Mauro Medina Maia	301
Introdução.....	301
1 Posse e propriedade de bens imateriais: as definições de coisa precisam ser atualizadas.....	302
2 Bens digitais: conceito e características	310
3 A propriedade de bens digitais: os percalços de um cenário pouco regulado.....	315
4 Perspectivas para a atribuição de titularidade no metaverso.....	319
Notas conclusivas.....	324
Referências	325

RESENHA

Resenha à obra *Dados pessoais sensíveis: qualificação, tratamento e boas práticas*, de TEFÉ, Chiara Spadaccini. Indaiatuba: Foco, 2022

José Luiz de Moura Faleiros Júnior	331
---	-----

VÍDEOS E ÁUDIOS	343
------------------------------	-----

SUBMISSÃO DE ARTIGOS	345
----------------------------	-----

AUTHOR GUIDELINES	349
-------------------------	-----